

PELA ORDEM

ANGELO SANTI E AGÊNCIAS
asanti@jj.com.brATENÇÃO À
VIOLÊNCIA INFANTIL

Em uma de suas falas durante a sessão de ontem (20) da Câmara de Jundiaí, a vereadora Quézia de Lucca (PL) comentou o caso da morte do menino Henry, de 4 anos, que foi assassinado pelo padrasto. “Os países ainda têm falhado na proteção das crianças, por isso pedi o aumento das frentes parlamentares simultâneas, inclusive com a criação da Frente de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Crianças e Mulheres”, disse.

FRENTES
SIMULTÂNEAS

O projeto de resolução proposto pela vereadora Quézia de Lucca (PL), que altera o Regimento Interno para ampliar a possibilidade de frentes parlamentares em funcionamento simultâneo foi aprovado, após não ter entrado em votação na semana passada. A intenção da vereadora é criar uma nova Frente Parlamentar, para discutir o enfrentamento da violência contra as mulheres, crianças e adolescentes.

JUNDIAÍ Após notificação do MP-SP, o projeto de lei foi adiado e o foco da sessão foi o envio de moções ao governo do estado

Câmara desiste de tornar pequenos comércios essenciais

ANGELO AUGUSTO SANTI
asanti@jj.com.br

Após semanas de debates e discussões, os vereadores optaram por adiar para a sessão de 18 de maio o projeto de lei de autoria dos vereadores Juninho Adílson (PP) e Antonio Carlos Albino (PL), que define como atividade essencial, em caso de emergência de saúde pública decorrente de surto viral, o funcionamento de estabelecimentos comerciais de pequeno porte, salões de beleza e cabeleireiros, academias de ginástica e congêneres, consultórios e escritórios de profissionais liberais, nas condições que especifica.

O pedido de adiamento foi feito por um dos autores, o vereador Antonio Carlos Albino, que, diante de ofício enviado pelo Ministério Público à Câmara Municipal, preferiu adiar a votação para que os parlamentares possam discutir o tema com mais profundidade.

“O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada no dia 8 de abril, por 9 x 2, decidiu que estados e municípios podem proibir cultos e missas religiosas presenciais durante a pandemia. Com a decisão anterior de que os municípios somente poderão ser mais restritivos, e nunca mais fle-



Com a suspensão das sessões presenciais, vereadores fazem as votações dos projetos de lei de maneira remota

xíveis, face ao enfrentamento da pandemia, prefeituras que descumprem o Plano São Paulo são notificadas pelo Estado, que também informa o Ministério Público (MP) para a tomada de providências”, diz a nota do MP-SP.

Mesmo com o adiamento

e o aviso do MP-SP, a maioria dos parlamentares se diz favorável ao texto que permite a reabertura dos pequenos comércios em geral, e continua fazendo críticas ao governo estadual por incoerências na sua forma de combater a pandemia.

A sessão desta terça-feira marcou o retorno da Tribuna Livre, que foi realizada de maneira on-line e contou com a participação de duas jundiaenses inscritas, que falaram principalmente sobre o combate à pandemia em todas as esferas da sociedade.

E foi adiada para a sessão de 15 de junho a discussão do texto do presidente Faouaz Taha (PSDB), que institui a Campanha de Conscientização sobre a “Microchipagem” de Animais Domésticos. O adiamento foi solicitado pelo próprio autor para que se possa dialogar com a Prefeitura sobre o tema.

MOÇÕES

A pauta da sessão de ontem (20) foi bastante extensa, muito por conta das diversas moções, ligadas ao combate à pandemia, que foram discutidas e aprovadas pela Câmara. A principal delas é de autoria de todos os vereadores e faz apelo ao governo do estado de São Paulo pela reavaliação do número de doses de vacinas contra a covid-19 destinadas para o município de Jundiaí.

Também foi aprovada, em regime de urgência, a moção bancada do PL, formada pelos vereadores Romildo Antonio da Silva, Antonio Carlos Albino, Adriano Santana dos Santos, Cícero Camargo da Silva, Leandro Palmarini e Quezia de Lucca, de apelo ao governo estadual pela inclusão dos profissionais coletores de lixo, funcionários da zeladoria municipal, motoristas e cobradores de ônibus nos grupos prioritários para vacinação contra a covid-19.